

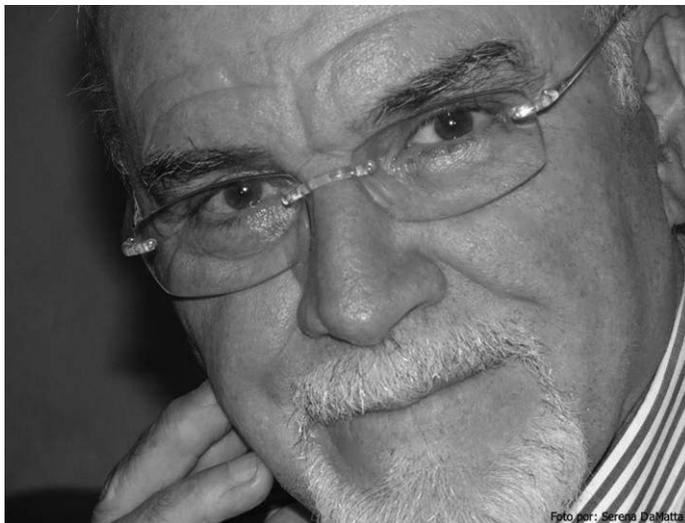
Roberto DaMatta | **Entrevista**

por Antonio Herculano Lopes, Joëlle Rouchou, Marcos Guedes Veneu e Monica Pimenta Velloso

Um dos maiores representantes, hoje, de uma linhagem de “intépretes do Brasil”, Roberto DaMatta notabilizou-se por livros como Carnavais, malandros e heróis (Zahar, 1979), A casa e a rua (Brasiliense, 1985) e A bola corre mais que os homens (Rocco, 2006), entre muitos outros. Seus estudos abrangem da etnologia indígena até as festas e rituais de sociedades industrializadas, além da publicação semanal de uma crônica no jornal O Globo. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Harvard, atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduiu-se em história pela Universidade Federal Fluminense. Foi chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ensinou ainda na Universidade de Notre Dame, EUA, de onde é professor emérito.

Escritos – Sua formação inicial foi feita no curso de graduação em história. Como se deu a passagem para a área de antropologia? No momento de maior vigência do paradigma estruturalista, as relações entre as duas disciplinas apresentaram tensões, bem como exemplos de interseções enriquecedoras. Você considera que a história deixou alguma marca em seus interesses de pesquisa, ou no modo de tratá-los?

Entrei no curso de história da hoje UFF (Universidade Federal Fluminense) na década de 1950. Lembro-me muito bem de uma aula do professor Luís de Castro Faria, recém-chegado de uma viagem patrocinada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos a professores brasileiros (eu mesmo fiz esse programa anos depois), na qual ele falava de novos esquemas de evolução humana, de funcionalismo, fumava cachimbo e estava muito impressionado com um Clube dos Professores de Ann Arbor, cidade de uma das universidades de Michigan, ao qual tinha sido levado por um antropólogo chamado Horace Miner, que fez



um estudo pioneiro da cidade africana de Timbuktu e escreveu o famoso ensaio sobre os ritos corporais dos Nacirema. O estruturalismo só vai nascer na minha vida depois do meu trabalho como estagiário com Roberto Cardoso de Oliveira no Museu Nacional e, mais adiante, em 1963–64, quando estive em Harvard, conheci o Pierre Maranda e sua esposa Elli Maranda e li com afinco e em grupo (com Roque Laraia, Júlio Cezar Melatti e outros) as *Estruturas elementares do parentesco* e *Antropologia estrutural*. Isso deveu-se institucionalmente ao impulso e à influência de David Maybury-Lewis, formado por Rodney Needham em Oxford, mas com uma passagem anterior pelo Museu Paulista, onde foi aluno de Herbert Baldus. Maybury-Lewis associou-se ao meu professor e mentor Roberto Cardoso de Oliveira e, a partir de 1962, enviou ao Brasil uma plêiade de alunos seus, como Terence Turner, Joan Bamberger, Jean Carter Lave, Dolores Newton, Jon Christopher Crocker e Cecil Cook, os quais se juntaram a Roque Laraia, Júlio Cezar Melatti e a mim. No meu caso, como eu havia estado com os índios Gaviões (de língua Jê-Timbira) em 1961 com o Melatti, Maybury-Lewis exultou quando soube que havia visitado no ano seguinte os Apinayé, sobre os quais ele havia escrito um belo ensaio sobre o seu sistema de parentesco e organização social.

Foi, pois, esse conluio de interesses intelectuais e de pesquisa que nos levou ao “estruturalismo” que eu descobri com força na Harvard de 1963 por meio de Maranda e de Tom Beidelman (também discípulo de Rodney Needham). No mesmo momento em que descobria Victor Turner e o conhecia pessoalmente em Cornell e Cambridge, Massachusetts. Lembro-me da publicação do *Totemismo* e do *Pensamento selvagem*, do meu esforço de compreender esses livros; e de uma releitura de Edgar Allan Poe que resultou, graças ao meu entusiasmo, num ensaio pueril no qual eu achava possível o desvendamento de uma obra literária usando o método estrutural – coisa que foi realizada no Brasil uns anos depois por Luís Costa Lima e Affonso Romano de Sant’Anna com muito mais sofisticação e densidade.

Em resumo: não participei desse clássico debate entre estrutura e história senão depois de ter feito minha iniciação com a etnologia indígena, a qual se realizou sem essa problemática explicitamente em mente. Em outros termos, meu curso de história não contemplou o estruturalismo, embora o meu estruturalismo tenha contemplado a história quando, por exemplo, escrevi um ensaio sobre a origem do homem branco entre os índios Timbira, o mito de Auké, e quando, em 1979, fiz um exercício de interpretação do Brasil como sociedade, estudando o carnaval como um ritual e, por conseguinte, dispensando a história. Ou seja: levei a sério umas das lições de Lévi-Strauss segundo a qual o passado é uma outra via de entendimento da vida social, com tantos riscos e possibilidades quanto o seu estudo sincrônico. A sociedade tem muitas portas de entrada e de saída. Fiz esse experimento, caindo na incompreensão crítica de muita gente, quando, reitero, estudei o carnaval e o “você sabe com quem está falando?” respectivamente como ritual e como prática social e cultura, e não como história popular e Estado nacional dependente de política e economia. Desse modo, eu entro pelo lado obscuro na história quando desvendo o “você sabe com quem está falando?” e monto um ensaio interpretativo da sociedade brasileira ao lado do folclore (Pedro Malazarte e Augusto Matraga), cortando fundo o popular e o erudito com uma mesma faca.

Mas fiz um bom experimento histórico-estruturalista com Elena Soárez no estudo do jogo do bicho, no livro *Águias, burros e borboletas*, que, pelo visto, não teve nenhum impacto nem na história social nem na antropologia cultural, mas que é um estudo que reúne métodos historiográficos e antropológicos – o

simbolismo dos “bichos” no Brasil e no mundo, tudo com data e, penso, razoável compreensão levi-straussiana. Não foi uma valsa, mas deu um bom samba.

Escritos – Você costuma se apresentar como um antropólogo social. Ao mesmo tempo, ao longo de sua obra, você se propõe a fazer ou aponta para a necessidade de que sejam feitos diferentes tipos de sociologia – “sociologia do dilema brasileiro”, “sociologia da memória”, “sociologia do convite”, etc. Como você vê dentro de sua obra as relações entre sociologia e antropologia? Alguma aproximação com Mauss, que fez esse trânsito interdisciplinar? Faz sentido manter a tradicional divisão nas ciências sociais brasileiras?

Para mim, sociologia e antropologia social são uma mesma disciplina, com as seguintes diferenças: primeiro, o viés fatalmente comparativo da antropologia, motivado pela ignorância do pesquisador diante de sociedades das quais ele não sabe nem a língua (eu vivi isso de modo esplêndido e trágico com os Gaviões em 1961, num tempo em que os índios eram pesquisados sem nenhum protocolo); e, em segundo lugar, como ensina Lévi-Strauss, a antropologia estuda as ideias do observado e não as teorias do observador. Ademais, sempre fui um leitor atento de Durkheim e Mauss. A distinção faz sentido quando passamos para o estudo de sistemas exóticos – no sentido de serem dotados de uma alteridade muito grande relativamente a nossa língua e costumes, embora possam se ligar a nós pela via colonial. Eu penso que o sentido das diversas diferenças entre as disciplinas humanas tem muito a ver com os constrangimentos impostos por seus objetos de reflexão ou estudo. Como é que um Freud, por exemplo, não iria falar de patologia, se ele lidou primariamente com o sofrimento humano; e um historiador da antiga Grécia ou Roma, digamos, um Fustel de Coulanges, lidou com resíduos de sistemas: textos, fragmentos de livros, etc.? Penso que essa consciência do objeto pode conduzir a uma maior aproximação entre as disciplinas do humano, ao mesmo tempo em que elas se relativizam entre si, o que é um enorme passo para as suas renovações.

Escritos – Ao final da “Introdução” a *Carnavais...*, você afirma participar de uma linhagem dos que hoje consideramos clássicos do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, a que talvez pudéssemos acrescentar Oliveira Vianna, Raymundo Faoro, entre outros. Nos 35 anos que nos separam daquele momento, essa linhagem foi prosseguida? Existem novos grandes intérpretes do Brasil? Ou a chamada “crise das grandes narrativas” fez desaparecer dos estudos acadêmicos esses esforços totalizantes?

Disse que esperava estar ao lado deles. Acho que os tempos mudaram para pior e hoje eu vejo poucos falarem do Brasil nessa linha, exceto nos jornais e revistas nos quais existem interpretações diuturnas do Brasil.

Escritos – Ao lado da linhagem nacional, você se filia também a uma vasta literatura internacional, que vai dos clássicos da sociologia aos principais antropólogos sociais e culturais, passando ainda por teóricos da literatura, filósofos, historiadores, etc. Arrisco dizer que esse amplo trânsito disciplinar tem a ver com o ter-se formado intelectualmente ao longo de um período de grandes pensadores cuja reflexão não cabia numa caixa disciplinar e que davam a tônica de uma época. Cito, um pouco ao acaso, retirados de diferentes tradições, nomes como Adorno, Hannah Arendt, Lévi-Strauss, Foucault, Richard Rorty. Hoje, torna-se mais difícil pensar nessas referências “inescapáveis”, nesses pensadores globais, de grande influência intelectual. Ocorre-me um Habermas, que seria quase um remanescente do grupo anterior. Como você vê o panorama das ciências sociais no mundo de hoje? Os países chamados “periféricos” têm hoje papel mais importante na sua renovação?

Eu não tenho nenhuma ideia sobre isso. Sou péssimo em classificações intelectuais e em palpites ou visões gerais. Como disse, aprendi uns tantos autores que estudei e até hoje uso com satisfação no meu trabalho. Não tenho nem jamais tive vocação para a erudição que talvez seja um resíduo do meu treinamento em Harvard, quando aprendi que a pesquisa nasce com um problema e que a gente lê coisas relativas a esse problema. Mas tenho uma enorme inveja e admiração por quem consegue desenvolver visões gerais e, sobretudo, fala com precisão sobre o futuro.

Escritos – Outro diálogo frequente em sua obra é com a literatura, seja mobilizando autores que você frequenta e lhe vêm como exemplos que reforçam o seu argumento, seja para análises específicas, em que o texto literário se torna fonte para a análise sociológica (caso muito em particular de Jorge Amado, mas também de outros como Guimarães Rosa, ou escritores estrangeiros como Edgar Allan Poe). Como você vê a relação entre artes e ciências humanas? A arte é superior à ciência na interpretação da vida?

Descontando a minha inocência como analista, eu tenho que confessar que meu objetivo era ser escritor e que a antropologia social ou cultural foi quem me ofereceu a oportunidade de realizar a escrita e ganhar a vida. Li muito literatura quando jovem e com vinte e poucos anos fui dragado pela etnologia indígena.

Jamais deixei de ler os autores que gostava ao longo da minha carreira. Agora, quando montei os ensaios do livro *Carnavais, malandros e heróis*, eu descobri algo curioso. Os escritores brasileiros, de Machado e Lima Barreto a Érico Veríssimo, sem esquecer Jorge Amado e Graciliano e Guimarães Rosa, eram as melhores fontes de Brasil que eu dispunha. Tomei-os, então, como fontes etnográficas. Isso significa que quando eu queria algo sobre autoritarismo ou hierarquia, sobre o nosso cotidiano ou festas, eu não encontrava nas obras dos sociólogos, mas nos romances “inocentes” desses sujeitos que inventavam, como dizia a antiga e tola teoria, o Brasil. Na realidade, a obra dos sociólogos nacionais, tirando Gilberto Freyre e Faoro, era muito mais sobre um receituário político e civilizatório (Darcy Ribeiro é claro nisso) do que uma experiência de entendimento do Brasil como sistema social como eu queria. É claro que todos ajudaram, mas alguns ajudaram no sentido de não repetir esse estado do Estado como o grande disciplinador e médico do Brasil.

Quanto à arte como modo de falar da vida, dentro daquilo que se chama romance é algo inigualável. Sem dúvida é a melhor invenção da Europa para o mundo. Sou um leitor de grandes romancistas e penso que, como revelações de culturas e estilos de vida, um Thomas Mann ou um Milan Kundera valem mais do que penças de sociólogos presunçosos. No romance, como na arte em geral, há a obra que não se fez contra outra obra, mas com outras. Essa impossibilidade de corrigir o outro, parte crítica de qualquer obra literária; esse abandono da angústia do progredir a qualquer custo e, sobretudo, pela crítica política ou “científica” é o que, para mim, torna o romance um gênero fundamental para a compreensão da sociedade e dos seus personagens: pessoas, animais e coisas.

Escritos – Um de seus temas centrais é o da identidade nacional, algo que por muito tempo foi recorrente nas ciências sociais brasileiras, mas que nas últimas décadas perdeu prestígio em favor das múltiplas identidades (étnicas, de gênero, sexuais, etárias, religiosas, etc.) inerentes a todas as sociedades. Como você vê o impacto do multiculturalismo entre nós? Trata-se de uma mera derivação do modelo das ciências sociais norte-americanas ou foi uma perspectiva que enriqueceu nossos estudos?

Eu penso que não é bem particularismo, mas individualismo com uma intenção programática. Hoje os problemas sociais não são mais vistos teoricamente (com raras ressalvas), mas são lidos para serem transformados em políticas públi-

cas. Tem gente que pensa o Brasil de hoje como resultado de “movimentos sociais” e jamais se questiona o que realmente significa um movimento social. De onde vêm, como surgem, como se articulam, como se ligam com o universo das práticas e utopias políticas, etc.

Escritos – Ainda nos anos 70 do século passado, você começou a chamar atenção para a importância de temas tidos pela academia como não “sérios” e restritos a folcloristas: carnaval, religiões populares, esportes, comida, festas, práticas populares como o jogo do bicho. Nas últimas décadas, tais temas entraram com força no foco das pesquisas acadêmicas (embora ainda enfrentando muitas resistências). Você acha que hoje a história e as ciências sociais no Brasil se tornaram mais capazes de interpretar nossa sociedade em função dessa “virada culturalista”?

Acho que melhorou muito. Rompemos tabus e abrimos mais espaço. O clima ficou mais distendido e alguns problemas ficaram mais claros. Sou um otimista nato e um pessimista existencial. Acho que vamos indo...

Escritos – Em plena ditadura militar, você se debruçou sobre uma das principais festas brasileiras – o carnaval. Hoje, que a democracia avançou entre nós de maneira inédita em nossa história, você se volta para o tema da violência no trânsito (e em outros planos da sociedade). Não desconheço que a questão da violência esteve sempre presente em suas análises, como a do emblemático “Você sabe com quem está falando?” Mas essa mudança de foco poderia ser lida como um sintoma de que a sociedade piorou, apesar dos progressos institucionais, sociais e de cultura política? Ou, colocado em outros termos, o que nos anos 70/80 fazia do Brasil, Brasil, continua válido ou algo se perdeu nesse caminho de modernização capitalista?

É uma questão muito difícil de responder. Ela implica em fazer o que eu não gosto: dar palpites e programar futuros. Acho que o Brasil modernizou-se a despeito de suas teorias de modernização que eram de origem e espírito autoritário, neostalinistas e fascistas. Todas partiam da política e do político como uma programação, uma agenda a ser controlada por uma elite partidária que se pensava sabendo tudo. A aristocracia sempre foi o sinal maior de nossa programação ideológica, a qual jamais se livrou de um moralismo personalista, condescendente e, por isso, profundamente anti-igualitário e liberal. Penso que o Brasil hoje requer para seu funcionamento mais igualdade. Não porque goste, mas porque dela não pode escapar, conforme demonstrou Tocqueville, esse ilus-

tre desconhecido das nossas interpretações ditas eruditas e acadêmicas do Brasil, introduzido modestamente por mim em 1979 em *Carnavais*. É preciso dizer mais alguma coisa? Acho que o pequeno percurso capitalista foi suficiente para revelar que o capitalismo com liberalismo era complicado no Brasil e, em segundo lugar, que capitalismo não condiz com exploração abusiva do trabalho como temos até hoje entre nós. O grande desafio e a grande mudança é aceitar o liberalismo sem doer muito. Aí está a mudança possível. Ou não.

Escritos – Um elemento que me chama a atenção nas suas análises, tanto nos livros como nos textos jornalísticos e intervenções orais, é o que me parece ser uma predileção, uma atenção especial, dada aos aspectos paradoxais da realidade: como algo pode ser ao mesmo tempo o seu contrário. Essa “predileção pelo oxímoro” está presente em vários tipos de realidade, mas é o caso, especialmente, quando entram em jogo emoções, como no proverbial “ódio que se assemelha ao amor”. Que espaço você reconhece, no seu modo de pensar, à figura da coincidência dos opostos?

Eu estudei um grupo tribal em 1961 e decretei sua extinção. Mas eles estão vivos. Eu fiz parte de uma juventude brasileira que queria mudar as “nossas estruturas” e que em vez de socialismo progressista levou o Brasil a um golpe militar e a uma oposição igualmente autoritária. Aprendi com Freud que o reprimido retorna. É fácil proibir, mas não é fácil liquidar o proibido. Isso guia o meu espírito. Ademais, sou um pessimista. Não creio em progresso humano e muito menos em outro mundo. Acho que o melhor a ser feito é revelar como somos do que tentar um esquema do como deveríamos ser.

Daí o meu gosto pelo paradoxo e pelo inesperado que veio com a leitura e amizade com Victor Turner e com os livros de Max Weber, não como metodólogo, mas como um ser humano excepcional que queria compreender o mundo. Esse mundo no qual os burros viram inteligentes e os maus recebem o melhor; esse mundo que não tem solução, mas tem que ser, por isso mesmo, resolvido todos os dias, todos os minutos e todos os segundos. Um dos meus autores prediletos é Graham Greene. Eu li que o seu verso favorito é um trecho de uma longa poesia de Robert Browning que diz: “O nosso interesse está na margem das coisas/ O ladrão honesto, o homicida compassivo/ O ateu supersticioso/ A mulher de reputação duvidosa que ama e salva sua alma em novos livros franceses/Nós ficamos observando, enquanto eles se mentem em equilíbrio/ Seguindo a vertiginosa linha

intermediária”. Victor Turner, com sua intensa e originalíssima obra sobre rituais e símbolos, chamou minha atenção para essa atração pelo outro que nos é oposto ou desviante. Quanto mais aristocracia, mais nobreza carnavalesca; quanto mais clientelismo, mais celebração inautêntica; quanto mais regulamentação, mais compadrio e falcatrua. O mesmo aprendi com Weber, que fala das consequências não esperadas das ações sociais. Fazemos democracia e sai ditadura populista. Fazemos capitalismo de “estado” e sai financiamento a uns dois ou três escolhidos pelo governo. Eu poderia também citar Machado, que descobriu isto neste nosso ingênuo Brasil no qual acreditamos: que os nossos criados são amigos e que as putas gozam de morrer quando trepam com meninos virginais que estudaram em bons colégios, e viveram o Mangue como um Inferno de Dante, enquanto outros o viram como Paraíso. O paradoxo comporta dois movimentos essenciais que ajudam a explicar a ausência de novidades relevantes nas nossas disciplinas. A primeira é o velho dualismo que todos os grandes filósofos perceberam. Santo Agostinho não podia imaginar um mundo homogêneo. Para ele, o Bem requeria, por assim dizer, sua contraparte interdependente, o Mal. O pobre precisa do rico, e a mão direita, da esquerda. Needham e Hertz me falaram disso, mas o proveito maior veio com a obra de Louis Dumont, que me levou a Tocqueville e à ideia do todo. Falta uma visão de totalidade em muitos desses estudos. E ter os olhos voltados para as reversões hierárquicas é descobrir o eterno retorno dos paradoxos, essa problemática central na obra de um Thomas Mann, de um Graham Greene e de um Machado de Assis. Em geral, pegamos o prêmio, não vemos como o prêmio nos pega e coage. Entramos na Academia e esquecemos que ela entra em nós. Quando eu canto velhas músicas para e com os meus amigos, eu sempre penso: quem está interpretando quem? M. Thatcher dizia que não existe sociedade, mas somente indivíduos. Mas os indivíduos só existem social e politicamente. Ver essas reversões, como vi o carnaval e o Brasil, me levou a isso. Ademais, vi o paradoxo ocorrer na minha própria vida...

Escritos – A “antropologia da saudade” foi tema relativamente pouco discutido pelos estudiosos da sua obra.

Você propõe pensar a saudade além da chave individual motivada pela ausência (amorosa/viagens), mostrando-a como categoria fundamental da nossa existência coletiva. A minha pergunta refere-se à saudade como “sentimento de tempo” moldando a percepção da modernidade brasileira. Se foi a saudade que nos fez “escolher” as janelas em vez dos relógios para mediar a passagem do tempo,

se historicamente tendemos a nos identificar e nos refugiar em um “tempo arcaico” (Gilberto Freyre) e lento, remontando às raízes ibéricas, como nos localizamos neste mundo pautado pelo fragmentário e pela efemeridade das relações sociais? Se o sentimento de saudade é um aprendizado introjetado pela cultura brasileira, continuaremos a transportá-lo como algo que dá sentido à existência coletiva? O apreço às experiências luminosas e tranquilizadoras do passado não alimentaria em termos coletivos e de certa forma também individuais uma “cultura da irresponsabilidade”, dada a recusa em estarmos no presente? Ou seriam formas de simbolizar as próprias ambivalências da sociedade brasileira?

Quando fiz a “antropologia da saudade” estava pensando em revelar como a nossa concepção de um tempo que retorna – e nesse retorno é muito bem vindo –, exprime uma sociedade na qual as relações são mais importantes do que as pessoas e, num certo sentido, fazem as pessoas serem o que são e como são. Como Gilberto Freyre percebeu, não se trata de um tempo individualizado e quantificado, mas contínuo e reversível, possivelmente hierarquizado em eventos e sentimentos que marcam as nossas biografias muito mais, talvez, do que os cargos que ocupamos. Daí, sem dúvida, essa relativização das demandas sociais que podem, como vocês sugerem, implicar uma irresponsabilidade. Temos sido obrigados a rever isso. Hoje, graças às tecnologias da comunicação, fica mais complicado esquecer, perdoar e deixar o canalha X ou Y impune. Mas não deixa de ser importante revelar a possibilidade de mostrar como o tempo brasileiro contém essa zona pastoral e positiva de coisas que vivem conosco e podem nos ultrapassar. Daí surge um viés poético de distanciamento do mundo muito importante. Fonte de conformismo e de aceitação.

Escritos – Depois de já ter uma consagrada produção acadêmica, você se decidiu a entrar para a galeria de cronistas. Como se deu essa passagem? Como você transita nos dois estilos e qual te fascina mais hoje? Seus estudos sobre futebol, carnaval e a cultura das ruas o aproximam desse imaginário da massa de leitores? Qual o retorno dos leitores? Eles te escrevem? Opinam? O que te dizem?

O trânsito foi simples: era preciso aumentar minha renda por circunstâncias de vida. A crônica veio a mim por meio de um grande amigo jornalista: o Fernando Mitre, que, então, dirigia o *Jornal da Tarde*, hoje extinto pelo grupo do *Estado de São Paulo*. Como eu sempre gostei mais de escrever do que de falar, aceitei e fui me fazendo mais escritor do que analista um tanto presunçoso do

mundo. Hoje, a crônica semanal me ajuda a inventar coisas e a ler com mais afinco. Tudo, afinal, é motivo para uma narrativa. Tenho leitores fiéis e muitos me escrevem. Estou mais feliz como cronista do que como antropólogo. Tive a fortuna de voltar às minhas origens juvenis e hoje sou mesmo um escritor limitado apenas pela minha balança interna ou pelo que Thomas Mann chamava de “espírito da narrativa”.

Escritos – Você parece muito à vontade no texto jornalístico, tem cuidado com os temas, a forma e o conteúdo, sabendo que seu público agora é mais abrangente e eclético. Fale-nos sobre o *making of* de seus artigos, o que você busca com esses textos e como você escolhe os temas.

Eu tenho sempre uma reserva de temas: minha memória literária, que foi construída desde que ela se fez dentro da minha cabeça. Sendo assim, com uma pequena torção, eu invento uma narrativa que pode ser uma observação, uma reflexão ou uma ficção, um conto. É uma delícia fazer isso semanalmente e receber reações. Trata-se de um cozido simbólico no qual toda a minha vida se revela sem problemas e com todos os seus problemas e sofrimentos. Não pode haver nada melhor nem mais sublime do que entrar nesse oceano maravilhoso que é a língua escrita com suas possibilidades.

Sou um navegante perdido, quase sempre bisonho, mas, como Pessoa, sei que navegar é preciso, viver não é preciso. Mas entre essas duas precisões há a literatura que inventa o lugar onde chegamos – o fim da viagem.